



EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA PROCESSO LICITATÓRIO N.º 009/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2026

FORMA DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO POR ITEM
ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS:	ÀS 9h DO DIA 16/03/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:	Imediatamente a Classificação após o spropostas de preços.
MODO DE DISPUTA:	ABERTO
LICITAÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO PREÇOS:	NÃO
REFERÊNCIA DE TEMPO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:	LICITANET
ORÇAMENTO:	O orçamento será sigiloso (art. 24 da Lei 14.133/21)
PRAZO DO LICITANTE P ASSINATURA / CONTRATO/ARP * A contar da intimação	05 dias úteis
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	2 (dois) meses
PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO * A contar do recebimento da AutorizaçãoFornecimento:	05 dias
INTERVALO MÍNIMO DE LANCE:	R\$ 0,01
CASAS DECIMAIS	Duas casas após a vírgula (ex: R\$ 0,01)
<u>INTIMAÇÕES / COMUNICAÇÕES:</u>	As intimações dos atos relativos ao presente processo licitatório, inclusive decorrente do futuro contrato administrativo (ou equivalente), serão feitas através de publicação no site: www.antoniopradodeminas.mg.gov.br . Quaisquer dúvidas, contactar pelo telefone (32) 3751-1595 ou pelo e-mail: licitacao@antoniopradodeminas.mg.gov.br
Obs.1: As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site https://www.antoniopradodeminas.mg.gov.br , bem como as publicações no Diário Oficial do Município, no endereço eletrônico www.diariomunicipal.com.br , quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.	
Obs.2: Caso o licitante informe na plataforma nos campos “marca” e “modelo” informação que modifique o conteúdo do campo “descrição”, “unidade” e “quantidade” prevalecerão estas (“descrição”, “unidade” e “quantidade”) em detrimento daquela(s) (“marca” e “modelo”). Por conseguinte, será tacitamente compreendido pela Administração que a proposta atende completamente os termos do edital – <i>não podendo o licitante alegar tais questões na fase de execução do contrato</i>).	



Obs.3: Nos casos em que a MARCA/MODELO/FABRICANTE forem da própria licitante, deverão ser utilizadas as expressões “MARCA PRÓPRIA”, ou “MODELO PRÓPRIO”, ou “FABRICAÇÃO PRÓPRIA”, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS**, pessoa jurídica de direito público, com sede em na rua Prefeito Eurípedes Carlos de Abreu, 66, bairro Centro, Antônio Prado de Minas/MG, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.947.631/0001-15, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeada pela Portaria n.º 018/2025, torna público que realizará licitação, Registro de Preço na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, sendo a sessão pública realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital informado acima no preâmbulo.

Aplicam no presente certame as normas: Decreto Municipal n.º 065/2023; Lei Municipal n.º 918/2013; Portaria Municipal n.º 018/2025.

Edital EXCLUSIVO PARA MEI, ME e EPP, conforme disposto no art. 47 da Lei Complementar n.º 123/2006.

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de 01 (um) trator aparador de grama (cortador de grama tipo trator), bem permanente, com motor 4 (quatro) tempos a gasolina, potência mínima de 19,7 HP e plataforma de corte mínima de 42,5 polegadas (108 cm), destinado à manutenção e conservação do campo de futebol municipal, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Esportes do Município de Antônio Prado de Minas/MG, com participação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006.

1.2. A descrição detalhada das especificações técnicas consta do Termo de Referência, que integra o presente Edital para todos os fins.

1.3. Em caso de divergência entre a descrição do objeto constante da plataforma eletrônica e aquela prevista no Termo de Referência, prevalecerá a descrição contida no Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados previamente credenciados na plataforma indicada no preâmbulo, que não estejam impedidos de licitar ou contratar com o Poder Público e que atendam às condições previstas neste Edital.

2.2. Não poderão participar da licitação os interessados que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021 ou que estejam cumprindo penalidade de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade.

2.3. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

2.5. Nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006, esta licitação é destinada exclusivamente à participação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e

Rua Prefeito Eurípedes Carlos de Abreu, 66 – Centro – CEP: 36850-000

- Telefone: 0800 032 1110 – e-mail – licitação@antoniopradoweminas.mg.gov.br



Microempreendedores Individuais (MEI), cujo enquadramento deverá ser comprovado na forma da legislação vigente.

2.6. A condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual deverá ser mantida durante todo o certame e até a assinatura do contrato, sob pena de desclassificação ou impedimento de contratação.

2.7. Será assegurado o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto:

- I – ao prazo para regularização fiscal e trabalhista (art. 43, §1º);
- II – ao critério de desempate ficto (arts. 44 e 45).

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, de lances e de julgamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta comercial, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. O envio da proposta no sistema eletrônico implicará plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, bem como declaração de que:

3.3.1. está ciente e concorda com todas as condições contidas no edital e seus anexos;

3.3.2. a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos necessários à execução do objeto, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

3.3.3. cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.4. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.3.5. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.6. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual – MEI deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da referida lei.

3.5.1. A ausência da declaração em campo específico da plataforma eletrônica implicará renúncia ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

3.6. A falsidade da declaração quanto ao enquadramento como ME/EPP/MEI sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, neste Edital e na legislação penal aplicável.

3.7. A classificação das propostas ocorrerá somente após a abertura da sessão pública e a fase de envio de lances, nos termos do procedimento adotado.

3.8. Após a fase de lances, serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta do licitante vencedor.

3.9. É vedada a utilização de programas automatizados (“robôs”) que comprometam a isonomia entre os participantes, nos termos do entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União.

3.10. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo



licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer ocorrência que possa comprometer o sigilo ou a segurança da plataforma, para adoção das providências cabíveis.

3 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, mediante o preenchimento dos seguintes campos:
- 4.1.1. valor unitário do item;
- 4.1.1.1. a proposta inicial e os lances subsequentes deverão ser registrados em moeda corrente nacional (R\$);
- 4.1.2. marca e fabricante do equipamento ofertado, não sendo admitida a indicação de mais de uma marca para o mesmo item;
- 4.1.3. modelo e versão do equipamento ofertado;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante, que deverá observar integralmente as exigências constantes do Termo de Referência.
- 4.3. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento do objeto, tais como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, transporte, garantia e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear posterior alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Caso o regime tributário da empresa implique o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, o licitante deverá considerar, para fins de formulação da proposta, a média dos recolhimentos efetivamente realizados nos últimos 12 (doze) meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo informado na proposta, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente, quando for o caso.
- 4.7. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas e no Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o equipamento nas condições, especificações e prazos estabelecidos, promovendo sua substituição, às suas expensas, quando constatado vício ou desconformidade.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública.

5- DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no aviso/extrato do edital da licitação.
- 5.2 Os licitantes APENAS poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação (quando for o caso) anteriormente inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante nos campos de cadastramento do portal (marca, descrição, fabricante, etc.).
- 5.2.1.1 Nos casos em que a MARCA/MODELO/FABRICANTE forem da própria licitante, deverão ser utilizadas as expressões “MARCA PRÓPRIA”, ou “MODELO PRÓPRIO”, ou “FABRICAÇÃO PRÓPRIA”, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.
- 5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento



em tempo real por todos os participantes.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente e eletronicamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7 Será desclassificada a proposta que não atender ao critério de julgamento definido no edital.

5.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.9 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior (ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado) e registrado pelo sistema.

5.10 O intervalo mínimo de diferença de valores (ou percentuais) entre os lances deverá obedecer o limite mínimo previsto no preâmbulo.

5.11 O licitante poderá, uma única vez, excluir (ou solicitar que o pregoeiro proceda a exclusão) seu último lance ofertado, no prazo de trinta segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente por erro de processamento.

5.12 O modo de disputa adotado será o “aberto”.

5.13 Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

5.13.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.4 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19 Considerando tratar-se de licitação com participação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, não se aplica a regra do empate ficto prevista no art. 44 da referida Lei Complementar.

Rua Prefeito Eurípedes Carlos de Abreu, 66 – Centro – CEP: 36850-000

- Telefone: 0800 032 1110 – e-mail – licitacao@antoniopradoeminas.mg.gov.br



5.20 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto.

5.20.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.21 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e constará na Ata de Encerramento que integrará os autos do processo licitatório.

5.21.4 O pregoeiro terá a faculdade de solicitar ao licitante mais bem classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso.

5.22 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.23 A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico e deverá ser assinada na plataforma quando abrir o prazo, pois será considerada parte integrante do contrato.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, nos termos do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021 e da legislação correlata, especialmente quanto à inexistência de sanção que impeça sua participação na licitação ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União;

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União.

6.1.1 Para fins de verificação de impedimentos para licitar ou contratar com a Administração Pública, poderá ser realizada, em substituição às consultas previstas nas alíneas “a” e “b”, consulta consolidada junto ao sítio eletrônico do Tribunal de Contas da União (TCU).

6.2 Caso a consulta à situação do licitante indique a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o Pregoeiro realizará diligência para apurar eventual ocorrência de fraude ou irregularidade por parte da empresa.

6.2.1 Constatada a existência de sanção impeditiva, o licitante será considerado inabilitado por ausência de condição de participação.

6.3 Atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha declarado a utilização de tratamento favorecido destinado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), o Pregoeiro verificará se estão presentes os requisitos para fruição do benefício, nos termos deste Edital.



6.5 Verificadas as condições de participação e, quando for o caso, a regularidade do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

6.5.1 Será desclassificada a proposta que apresentar desconformidade com as exigências deste Edital ou de seus anexos, quando insanável, especialmente nos seguintes casos:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não atender às especificações técnicas constantes do Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou superiores ao valor máximo estabelecido para a contratação.

6.5.2 Considerar-se-á inexequível a proposta cuja viabilidade não seja demonstrada pelo licitante, mediante apresentação de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são compatíveis com os praticados no mercado.

6.5.3 No caso de bens e serviços em geral, constitui indício de inexequibilidade a apresentação de proposta com valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração.

6.5.4 Havendo indícios de inexequibilidade ou necessidade de esclarecimentos complementares, o Pregoeiro poderá realizar diligências para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.5.5 Erros no preenchimento da planilha de composição de custos não constituirão, por si só, motivo para desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante no prazo fixado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço ofertado e que fique comprovada a viabilidade da proposta.

6.5.5.1 O ajuste referido neste item restringe-se à correção de erros ou falhas que não alterem a substância da proposta.

6.5.5.2 Considera-se erro sanável a indicação de recolhimento de tributos na forma do Simples Nacional quando o regime não for aplicável ao licitante.

6.6 Para subsidiar a análise da proposta quanto ao atendimento das especificações técnicas, poderá ser solicitada manifestação do setor requisitante ou da área técnica especializada.

6.7 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la na forma e prazo estabelecidos, sob pena de não aceitação da proposta.

6.7.1 O local, a data e o horário para avaliação das amostras serão divulgados por meio de mensagem no sistema eletrônico, sendo facultada a presença de todos os interessados, inclusive dos demais licitantes.

6.7.2 Quando exigida documentação complementar vinculada à amostra, esta deverá ser encaminhada conjuntamente.

6.7.3 Os licitantes deverão disponibilizar à Administração todas as condições necessárias à realização de testes e fornecer, sem ônus, manuais impressos em língua portuguesa, quando aplicável.

6.7.4 Poderá ser prorrogado o prazo para apresentação da amostra, mediante solicitação fundamentada do interessado, apresentada antes do término do prazo originalmente fixado.

6.7.5 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio do sistema eletrônico e/ou no sítio oficial informado no preâmbulo deste Edital.

6.7.6 A não apresentação da amostra, o atraso injustificado ou a apresentação em desacordo com as especificações previstas neste Edital implicará a recusa da proposta.

6.7.7 Caso a amostra do primeiro classificado não seja aprovada, será analisada a proposta do segundo colocado, procedendo-se à avaliação da respectiva amostra, e assim sucessivamente, até que seja identificada proposta que atenda integralmente às especificações do Termo de Referência.

6.7.8 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras reprovadas deverão ser retiradas pelos licitantes no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial, sob pena de descarte pela Administração, sem direito a ressarcimento.



6.7.9 A amostra que atender integralmente aos critérios objetivos estabelecidos no Termo de Referência será considerada aprovada, mantendo-se o licitante classificado para o respectivo item.

6.8 Ao final da avaliação das amostras, será lavrada ata da sessão pública, a qual será disponibilizada na plataforma eletrônica e/ou no sítio oficial informado no preâmbulo deste Edital.

7.1 Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser anexados no sistema eletrônico, em campo próprio, nos termos do art. 63, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1 Encerrada a fase de lances, concluída eventual negociação e finalizado o prazo recursal referente ao julgamento das propostas, o Pregoeiro solicitará ao licitante classificado em primeiro lugar que apresente, no prazo mínimo de 2 (duas) horas e máximo de 2 (dois) dias úteis, toda a documentação de habilitação exigida neste Edital.

7.1.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, para saneamento de falhas formais ou apresentação de documentação complementar, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

7.1.3 O não envio integral da documentação de habilitação no prazo estabelecido implicará a inabilitação do licitante. Nessa hipótese, o Pregoeiro convocará o licitante subsequente, observada a ordem de classificação, para negociação e análise da documentação.

7.1.4 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos nem sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

7.2 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar não atenda às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a documentação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda às exigências deste Edital.

7.3 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta tenha sido aceita, após a conclusão dos procedimentos previstos neste item.

7.4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.4.1 Habilitação Jurídica

Para fins de habilitação jurídica, o licitante deverá comprovar sua existência jurídica e capacidade para exercer direitos e assumir obrigações, mediante a apresentação de um dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja autenticidade será verificada;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou empresa individual de responsabilidade limitada (quando aplicável): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

d) Sociedade empresária com filial, sucursal ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro da matriz;

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos administradores;

f) Cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivados na Junta Comercial ou inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

g) Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização para funcionamento.

7.4.1.1 Os documentos mencionados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.4.2 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

Rua Prefeito Eurípedes Carlos de Abreu, 66 – Centro – CEP: 36850-000

- Telefone: 0800 032 1110 – e-mail – licitacao@antoniopradowe Minas.mg.gov.br



- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.4.2.1 As certidões deverão estar dentro do prazo de validade nelas consignado. Na ausência de indicação expressa de validade, somente serão aceitas aquelas expedidas nos 60 (sessenta) dias anteriores à data de sua apresentação.

7.4.2.2 Caso o licitante seja isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto da contratação, deverá comprovar tal condição mediante documento expedido pela autoridade competente ou outro meio admitido em lei.

7.4.2.3 A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que contenha restrições.

7.5 Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade indicado no documento ou, na ausência deste, expedida nos 60 (sessenta) dias anteriores à data de apresentação;
- b) Caso o licitante esteja em recuperação judicial, deverá apresentar autorização do juízo competente que permita sua participação em licitação e contratação com o Poder Público;
- c) É responsabilidade do licitante manter atualizados seus dados cadastrais junto aos órgãos competentes, devendo proceder à correção de eventuais inconsistências tão logo identificadas.

7.6 Documentos Complementares

- a) Declaração de que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores, em conformidade com a Lei nº 9.854/1999 e o Decreto nº 4.358/2002, conforme modelo constante deste Edital;
- b) Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme modelo anexo;
- c) Alvará Sanitário ou Licença Sanitária vigente, expedido pela Vigilância Sanitária competente (estadual, municipal ou distrital), quando exigido em razão do objeto;
- d) Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos para Saúde, expedido pela ANVISA, ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União, quando aplicável ao objeto.

7.7 Tratamento Favorecido às ME/EPP

Caso a proposta mais vantajosa seja apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e seja constatada restrição na regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da declaração do vencedor, para regularização da documentação.

7.7.1 O prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada do licitante e a critério da Administração.

7.8 Consequências da Não Regularização

A não regularização da documentação fiscal e trabalhista no prazo previsto implicará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis, facultando-se à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

7.8.1 Caso o próximo classificado também seja microempresa ou empresa de pequeno porte com restrição na documentação fiscal ou trabalhista, será assegurado o mesmo prazo para regularização.

8. DOS RECURSOS



- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, bem como sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inhabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

8.2 O prazo para apresentação de contrarrazões será de 3 (três) dias úteis, contado da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso no sistema eletrônico.

8.3 Disposições Específicas para Recursos contra Julgamento das Propostas e Habilitação

No que se refere aos recursos interpostos com fundamento nas alíneas “b” e “c” do item 8.1, observar-se-á o seguinte:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, durante a sessão pública, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;
- c) a apreciação dos recursos dar-se-á em fase única.

8.3.1 Encerrado o julgamento das propostas e o ato de habilitação ou inhabilitação, qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos, manifestar, de forma imediata e motivada, sua intenção de recorrer, exclusivamente em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de preclusão.

8.3.2 A ausência de manifestação imediata e motivada da intenção de recorrer autoriza a autoridade competente a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

8.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato no prazo de 3 (três) dias úteis. Caso não haja reconsideração, o recurso será encaminhado, devidamente motivado, à autoridade superior, que deverá proferir decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.5 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

8.6 O recurso interposto terá efeito suspensivo em relação ao ato ou à decisão recorrida até a decisão final da autoridade competente.

8.7 Os recursos deverão ser interpostos exclusivamente por meio de campo próprio no sistema eletrônico utilizado no certame.

8.8 Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do sistema eletrônico.

8.9 Também não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo legal.

8.10 O recurso e eventual pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até a decisão final da autoridade competente.

8.11 O acolhimento do recurso invalida apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.12 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, observadas as disposições legais aplicáveis.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DEESCLARECIMENTO

9.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

9.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico



oficial, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

9.3 A impugnação deverá ser apresentada exclusivamente por meio eletrônico, na plataforma indicada no preâmbulo deste Edital.

9.4 As impugnações e os pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.

9.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação constitui medida excepcional e deverá ser devidamente motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo.

9.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, observada a legislação aplicável..

10. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Após a homologação do certame, a licitante vencedora será convocada para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

10.2. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação fundamentada da adjudicatária e aceitação da Administração.

10.3. A recusa injustificada em assinar o contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o adjudicatário às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

10.4. No ato da assinatura do contrato, será verificada a manutenção das condições de habilitação da contratada.

11. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

11.1 O Pregoeiro declarará vencedora a empresa que apresentar a proposta de menor preço, desde que atendidas as exigências deste Edital.

11.2 Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente, que poderá:

- 11.1. a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, quando constatada ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

11.3 Após a homologação, a licitante vencedora será convocada, nos termos das disposições contratuais constantes do Termo de Referência, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar instrumento equivalente, no prazo estabelecido no preâmbulo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

11.4 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária apresentada durante o seu transcurso, devidamente justificada e aceita pela Administração.

11.5 Caso a convocada não assine o Termo de Contrato ou não aceite/retire o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato, observadas as disposições do art. 90 da Lei



nº 14.133/2021.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante a licitação;

12.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, especialmente quando:

12.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;

12.1.2.3 solicitar desclassificação após o encerramento da etapa competitiva;

12.1.2.4 deixar de apresentar amostra, quando exigida;

12.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5 fraudar a licitação;

12.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

12.1.9 deixar de atender ou entregar os itens constantes da ordem de fornecimento ou documento equivalente no prazo pactuado.

12.2 Com fundamento na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 advertência;

12.2.2 multa;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar;

12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 A multa será aplicada no percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor do contrato licitado, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez)



dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

12.4.2 Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

12.4.3 Para a infração prevista no item 12.1.9, a multa será de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor dos itens constantes da ordem de fornecimento ou documento equivalente que estiverem em atraso, limitada a 30% do valor do contrato lícitado.

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.6 Na aplicação da sanção de multa, será assegurado ao interessado o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas hipóteses previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a que pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8 Poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar nas hipóteses previstas nos itens 12.1.4 a 12.1.8, bem como nas hipóteses dos itens 12.1.1 a 12.1.3 quando justificarem penalidade mais grave, observando-se o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

12.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitará o responsável às penalidades cabíveis, bem como à perda da garantia de proposta, quando exigida.

12.10 A apuração das infrações que possam resultar nas sanções de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade exigirá a instauração de processo administrativo de responsabilização, conduzido por comissão composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis, assegurado o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa escrita e indicação de provas.

12.11 Caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contra a aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar.

12.12 Caberá pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contra a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

12.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.

12.14 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada por meio de Termo de Contrato ou instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A homologação do certame não gera direito adquirido à contratação antes da assinatura do instrumento contratual.

13.3. A adjudicatária será convocada para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

13.4. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada pela adjudicatária e aceita pela Administração.



13.5. No ato da assinatura do contrato, será verificada a manutenção das condições de habilitação da contratada.

13.6. A vigência contratual será suficiente para a entrega do objeto e para o cumprimento da garantia mínima exigida no Termo de Referência.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as disposições constantes dos anexos.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site www.antoniopradodeminas.mg.gov.br.

14.11. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente encaminhadas.

14.12. Reputa-se como entregue e recebido o e-mail que não retornar com mensagem de erro.

14.13. A empresa deverá incluir o e-mail licitacao@antoniopradodeminas.mg.gov.br em sua lista de e-mails confiáveis, como forma de evitar que as comunicações sejam consideradas spam ou lixo eletrônico.

14.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seus anexos.

14.15. Fica eleito o Foro da Comarca deste Município para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Antônio Prado de Minas, 04 de fevereiro de 2026.

Leo Gonçalves Walti
Pregoeiro



ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Unidade Administrativa de Origem: Secretaria Municipal de Esportes.

Descrição resumida do objeto: Estudo da melhor solução para suprir a necessidade de aquisição de 01 (um) trator aparador de grama (cortador de grama tipo trator), bem permanente, destinado à manutenção e conservação do campo de futebol municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Esportes do Município de Antônio Prado de Minas/MG, cuja descrição observa as diretrizes de padronização previstas na Resolução SEGOV nº 29, de 29 de abril de 2025.

1. INTRODUÇÃO:

1.1. O esporte constitui importante instrumento de promoção da saúde, inclusão social, lazer e integração comunitária, sendo dever do Poder Público fomentar políticas públicas que garantam o acesso da população às atividades esportivas em condições adequadas e seguras.

1.2. O campo de futebol municipal é espaço público amplamente utilizado para treinamentos, campeonatos, competições regionais e eventos esportivos promovidos pela Administração, atendendo crianças, jovens e adultos.

1.3. Para que as atividades esportivas sejam realizadas com qualidade e segurança, é indispensável a manutenção periódica do gramado, garantindo boas condições de uso, prevenindo acidentes e preservando o patrimônio público.

1.4. Nesse contexto, torna-se necessária a aquisição de equipamento adequado para manutenção do campo, visando assegurar eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos prestados pela Secretaria Municipal de Esportes.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO:

2.1. A Secretaria Municipal de Esportes não dispõe atualmente de equipamento próprio adequado para a realização eficiente da manutenção do gramado do campo de futebol municipal.



2.2. A ausência de equipamento apropriado compromete a regularidade do corte da grama, podendo ocasionar desgaste irregular do campo, prejuízo à prática esportiva e aumento de custos com eventual contratação de serviços terceirizados.

2.3. A aquisição de trator aparador de grama (cortador de grama tipo trator) mostra-se necessária para garantir:

2.3.1. Manutenção contínua e padronizada do gramado;

2.3.2. Redução de custos operacionais a médio e longo prazo;

2.3.3. Autonomia administrativa na execução do serviço;

2.3.4. Melhor aproveitamento do espaço esportivo público.

2.4. A contratação atende ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A presente contratação é destinada exclusivamente à participação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, devendo o enquadramento ser comprovado na forma da legislação vigente.

3.2. A contratação deverá observar os princípios da eficiência, economicidade, competitividade e julgamento objetivo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.3. O objeto caracteriza-se como bem comum de natureza permanente, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, sendo amplamente comercializado por diversos fornecedores.

3.4. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, sem qualquer tipo de recondicionamento, e atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:

3.4.1. Motor 4 tempos, movido a gasolina;

3.4.2. Potência mínima de 19,7 HP;

3.4.3. Plataforma de corte mínima de 42,5 polegadas (108 cm);

3.4.4. Sistema de regulagem de altura de corte;

3.4.5. Sistema de acionamento e transmissão compatíveis com uso contínuo em área equivalente a campo de futebol;



3.4.6. Estrutura reforçada para uso profissional;

3.4.7. Assento ergonômico e dispositivos de segurança conforme normas técnicas aplicáveis;

3.4.8. Manual de operação e manutenção em língua portuguesa;

3.4.9. Garantia mínima de fábrica de 12 (doze) meses.

3.5. O equipamento deverá atender às normas técnicas e de segurança vigentes, inclusive quanto às exigências ambientais aplicáveis, devendo o fornecedor comprovar, quando solicitado, conformidade com regulamentações pertinentes.

3.6. O contratado deverá assegurar:

3.6.1. Entrega do equipamento no endereço indicado pela Administração;

3.6.2. Montagem, testes operacionais e entrega técnica assistida, quando aplicável;

3.6.3. Disponibilidade de assistência técnica e fornecimento de peças de reposição no território nacional.

3.7. O prazo de entrega deverá ser compatível com a necessidade administrativa, conforme definido no Termo de Referência.

3.8. Para fins de habilitação, serão exigidos os documentos previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à regularidade jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, vedadas exigências excessivas que restrinjam indevidamente a competitividade.

3.9. Não será exigida apresentação de amostra física, considerando tratar-se de equipamento industrial padronizado, sendo suficiente a apresentação de catálogo técnico, ficha técnica ou manual do fabricante que comprove o atendimento às especificações mínimas.

.

4. LEVANTAMENTO DO MERCADO:

4.1. Verifica-se ampla oferta no mercado nacional de fabricantes e revendedores de tratores aparádores de grama com especificações compatíveis às necessidades do Município.

4.2. Não há restrição de competitividade, sendo o objeto amplamente comercializado por diversas empresas do ramo.

4.3. A pesquisa de preços deverá observar os parâmetros do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando: Pannel de Preços; Banco de Preços, Sítios eletrônicos especializados.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:



5.1. Dentre as alternativas analisadas (locação do equipamento, terceirização do serviço ou aquisição), a solução mais vantajosa para a Administração Pública é a aquisição de equipamento próprio.

5.2. A locação ou terceirização implicaria custos contínuos e dependência de terceiros, enquanto a aquisição proporciona economia a médio e longo prazo, além de maior autonomia operacional.

5.3. Assim, a solução escolhida consiste na aquisição de 01 (um) trator aparador de grama (cortador de grama tipo trator) para manutenção do campo de futebol municipal.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

6.1. A quantidade estimada (01 unidade) foi definida com base na necessidade operacional da Secretaria Municipal de Esportes, considerando que o Município possui um campo de futebol municipal que demanda manutenção periódica, sendo suficiente a aquisição de um equipamento para atendimento da demanda.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

7.1. O valor estimado da contratação foi apurado mediante pesquisa de preços realizada conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Valor estimado: R\$ 30.096,66 (trinta mil e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos).

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

8.1. Não se aplica o parcelamento da solução, por tratar-se de aquisição de bem único e indivisível.

8.2. O fracionamento do objeto comprometeria sua funcionalidade e finalidade, sendo técnica e economicamente inviável a divisão da contratação.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

9.1. Não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para viabilizar a aquisição.

10. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO:

10.1. Garantir manutenção eficiente e regular do campo de futebol municipal;



10.2. Melhorar as condições de prática esportiva e segurança dos usuários;

10.3. Reduzir despesas com eventual terceirização;

10.4. Preservar o patrimônio público.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

11.1. Elaboração do Termo de Referência;

11.2. Abertura do processo licitatório;

11.3. Reserva orçamentária junto ao setor competente.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

12.1. A aquisição do equipamento não representa, por si só, impacto ambiental significativo, tratando-se de bem móvel destinado à manutenção de área já existente e regularmente utilizada para prática esportiva.

12.2. Considerando que o equipamento é movido a combustível (gasolina), poderão ocorrer impactos ambientais relacionados à emissão de gases poluentes e ao consumo de combustível fóssil, inerentes à sua utilização.

12.3. Para mitigação desses impactos, deverão ser observadas as seguintes medidas:

12.3.1. Realização de manutenção preventiva periódica, conforme manual do fabricante, visando garantir eficiência do motor e redução na emissão de poluentes;

12.3.2. Utilização racional do equipamento, evitando funcionamento desnecessário;

12.3.4. Armazenamento adequado de combustível, em recipientes apropriados e em local seguro;

12.3.5. Destinação ambientalmente adequada de resíduos decorrentes de manutenção (óleos, filtros, embalagens), em conformidade com a legislação vigente.

12.4. O equipamento deverá atender às normas ambientais e de segurança aplicáveis, inclusive quanto aos limites de emissão e requisitos técnicos eventualmente exigidos pelos órgãos reguladores competentes.

12.5. Considera-se que os impactos ambientais são de baixa magnitude e controláveis, não havendo necessidade de licenciamento ambiental específico para a aquisição do bem, sem prejuízo do cumprimento das normas gerais de proteção ambiental.



13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

13.1. Declaro esta contratação viável.

14. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE:

14.1. Diante do exposto, a contratação mostra-se técnica e economicamente viável, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de bem comum, amplamente disponível no mercado nacional, cuja aquisição atende ao interesse público e encontra previsão na proposta orçamentária vigente.



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

Este Termo de Referência é elaborado em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, contendo os elementos necessários à caracterização do objeto e às condições da contratação:

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de 01 (um) trator aparador de grama (cortador de grama tipo trator), bem permanente, com motor 4 (quatro) tempos a gasolina, potência mínima de 19,7 HP e plataforma de corte mínima de 42,5 polegadas (108 cm), destinado à manutenção e conservação do campo de futebol municipal, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Esportes do Município de Antônio Prado de Minas/MG, cuja descrição observa as diretrizes de padronização previstas na Resolução SEGOV nº 29, de 29 de abril de 2025.

1.2. A presente contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto da contratação caracteriza-se como bem comum de natureza permanente, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

1.4. O objeto não se enquadra como bem de luxo, nos termos da legislação vigente.

1.5. A contratação não será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, tratando-se de aquisição única, com entrega integral do objeto.

1.6. A vigência do contrato será suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da contratação, especialmente quanto à entrega do bem e ao prazo de garantia, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.7. A execução contratual será considerada concluída com o recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo das obrigações relativas à garantia do equipamento.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, a Secretaria Municipal de Esportes identificou a necessidade de aquisição de 01 (um) trator aparador de grama (cortador de grama tipo trator) destinado à manutenção do campo de futebol municipal.

2.2. O Município não dispõe de equipamento próprio adequado para a execução regular e eficiente do corte e manutenção do gramado, o que compromete a qualidade do espaço esportivo e pode gerar aumento de despesas com eventual terceirização do serviço.

2.3. O levantamento de mercado realizado indicou ampla disponibilidade do equipamento no mercado nacional, não havendo impedimentos à realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico.

2.4. A solução escolhida — aquisição de equipamento próprio — mostra-se mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, pois proporciona maior autonomia administrativa, redução de custos a médio e longo prazo e melhor controle sobre a manutenção do patrimônio público.



2.5. A contratação está alinhada ao planejamento da Administração e às necessidades permanentes da Secretaria Municipal de Esportes, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência e economicidade.

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	TRSTOR SPSTSFOR FR GRAMA – MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, POTENCIA 19,7 HP. PLATAFORMA DE CORTE DE 42,5 POLEGADAS 108 CM.	UNID.	01		

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução adotada consiste na aquisição de 01 (um) trator aparador de grama (cortador de grama tipo trator), com motor 4 tempos a gasolina, potência mínima de 19,7 HP e plataforma de corte mínima de 42,5 polegadas (108 cm), destinado à manutenção do campo de futebol municipal.

3.2. A escolha da aquisição, em detrimento da locação ou terceirização do serviço, fundamenta-se na análise de viabilidade econômica e operacional, considerando a utilização frequente do equipamento ao longo do ano.

3.3. O ciclo de vida do objeto compreende as fases de fabricação, comercialização, aquisição, incorporação ao patrimônio público, utilização, manutenção preventiva e corretiva e destinação final ambientalmente adequada.

3.4. Em observância ao art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, foram considerados os seguintes aspectos relacionados ao ciclo de vida do objeto:

3.4.1. A durabilidade do equipamento e sua vida útil estimada.

3.4.2. A disponibilidade de assistência técnica e peças de reposição no território nacional.

3.4.3. A eficiência operacional e compatibilidade com a dimensão do campo municipal.

3.4.4. Os custos de manutenção preventiva e corretiva ao longo do tempo.

3.4.5. Os impactos ambientais decorrentes da utilização do equipamento.

3.5. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, atender às normas técnicas e de segurança vigentes e possuir garantia mínima de fábrica, conforme especificações detalhadas neste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O equipamento deverá atender integralmente às especificações técnicas mínimas previstas neste Termo de Referência, sendo admitido produto equivalente ou superior, desde que comprovadamente compatível com as exigências estabelecidas.

4.1.1. Não haverá indicação de marca específica, devendo a descrição técnica observar características objetivas e usuais de mercado, nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021, vedada qualquer restrição indevida à competitividade.

4.1.2. Caso o licitante apresente produto com especificações superiores às mínimas exigidas, estas serão aceitas, desde que não comprometam a funcionalidade e a compatibilidade com a finalidade pública pretendida.

Da comprovação técnica do produto



4.2. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar, quando solicitado pelo Pregoeiro, catálogo técnico, ficha técnica, manual do fabricante ou documento equivalente que comprove o atendimento às especificações mínimas exigidas.

4.2.1. A documentação técnica deverá ser apresentada por meio eletrônico, no prazo a ser fixado pelo Pregoeiro no sistema, sob pena de desclassificação da proposta.

4.2.2. A ausência de comprovação técnica ou a apresentação de documentação incompatível com as especificações exigidas ensejará a recusa da proposta.

4.3. Não será exigida apresentação de amostra física do equipamento, considerando tratar-se de bem permanente de grande porte, sendo suficiente a comprovação técnica documental.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação, consistente no fornecimento do equipamento.

4.4.1. Poderão ser admitidos serviços acessórios, tais como transporte e entrega, desde que sob responsabilidade integral da contratada, não afastando sua responsabilidade técnica, administrativa e contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não será exigida garantia de execução contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de aquisição de bem comum, de entrega única e pagamento após o recebimento definitivo.

4.6. Permanecerá obrigatória a garantia legal e contratual do produto, conforme prazo mínimo estabelecido neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

4.7. Da Exclusividade

4.7.1. A presente contratação é destinada exclusivamente à participação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

4.7.2. O enquadramento como ME, EPP ou MEI deverá ser comprovado na forma da legislação vigente e mantido durante todo o procedimento licitatório e até a assinatura do contrato.

4.7.3. Aplica-se ao presente certame o tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto à regularização fiscal tardia e aos critérios de desempate.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo máximo para entrega do objeto será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente.

5.2. A entrega deverá ocorrer em parcela única, no endereço indicado pela Secretaria Municipal de Esportes, em dias úteis e horário previamente agendado com o setor responsável.

5.3. O transporte, carga, descarga e quaisquer despesas relacionadas à entrega do equipamento correrão exclusivamente por conta da contratada, sem qualquer ônus adicional para o Município.

5.4. O equipamento deverá ser entregue novo, devidamente montado (quando aplicável), acompanhado de manual de operação em língua portuguesa, certificado de garantia e demais documentos técnicos pertinentes.



5.5. No ato da entrega será realizado o recebimento provisório, para verificação da conformidade do equipamento com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência e na proposta vencedora.

5.6. Constatada a conformidade, o objeto será recebido definitivamente no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, mediante emissão de termo de recebimento definitivo, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

5.7. Caso sejam verificadas inconsistências, defeitos ou desconformidade com as especificações exigidas, a contratada deverá promover a substituição ou correção do equipamento no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.8. A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Edital ou na proposta.

5.9. O simples recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto, permanecendo a responsabilidade da contratada até o recebimento definitivo.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as disposições deste Termo de Referência e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Considerando tratar-se de aquisição com entrega única, a execução contratual concentrar-se-á no fornecimento do equipamento dentro do prazo estabelecido, bem como no cumprimento das obrigações relativas à garantia do produto.

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração, o prazo de entrega poderá ser prorrogado, mediante formalização por termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso.

6.4. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, admitindo-se o uso de meio eletrônico oficial para notificações, solicitações e demais atos formais.

6.5. A Administração poderá convocar representante da empresa contratada para prestar esclarecimentos ou adotar providências que devam ser cumpridas no prazo estipulado.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado como fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.7. Compete ao fiscal do contrato:

6.7.1. Acompanhar a entrega do equipamento e verificar sua conformidade com as especificações previstas neste Termo de Referência e na proposta vencedora.

6.7.2. Emitir termo de recebimento provisório e definitivo, quando constatada a regularidade do objeto.

6.7.3. Registrar eventuais ocorrências relacionadas à execução contratual e notificar a contratada para correção de falhas ou irregularidades.

6.7.4. Atestar a nota fiscal para fins de pagamento, após o recebimento definitivo do objeto.

6.8. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO



7.1. O trator aparador de grama (cortador de grama tipo trator) será recebido provisoriamente no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou documento equivalente, pelo fiscal do contrato, para verificação inicial da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta vencedora.

7.2. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto.

7.3. O equipamento poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo a contratada promover sua substituição ou correção no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da conformidade técnica, funcionamento adequado e atendimento às exigências contratuais, mediante emissão de termo circunstanciado, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante justificativa fundamentada, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente em relação à qualidade ou conformidade técnica, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez, segurança e funcionamento do equipamento, nem a responsabilidade decorrente da garantia contratual.

Liquidação

7.8. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestada pelo fiscal do contrato após o recebimento definitivo, terá início o procedimento de liquidação da despesa.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal contém os elementos essenciais, tais como:

7.9.1. Data de emissão;

7.9.2. Dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.3. Descrição do objeto fornecido;

7.9.4. Valor a pagar;

7.9.5. Indicação de eventuais retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a regularização, sem ônus para a Administração.

Prazo de pagamento

7.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da conclusão da liquidação da despesa.

7.12. No caso de atraso imputável à Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA.

Forma de pagamento

7.13. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

7.14. Considera-se como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

7.15. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.



7.16. A contratada optante pelo Simples Nacional deverá comprovar tal condição mediante apresentação de documento oficial, a fim de que seja observado o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto deverá ocorrer em entrega única, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, após o recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.5. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja autenticidade será verificada no sítio oficial do Governo Federal.

8.6. Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento.

8.8. Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo da filial no registro competente, com averbação no registro da matriz.

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa.

8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor.

8.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual ou municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda respectiva ou documento equivalente.



Qualificação econômico-financeira

8.18. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Qualificação técnica

8.19. Comprovação de aptidão para o fornecimento de objeto compatível com o objeto desta licitação, mediante apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento anterior de trator aparador de grama (cortador de grama tipo trator), trator aparador ou equipamento similar, com características compatíveis.

8.19.1. O atestado deverá conter identificação do emitente, assinatura do responsável e descrição do objeto fornecido.

8.19.2. A Administração poderá promover diligência para verificar a veracidade das informações prestadas.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação será apurado mediante prévia pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, cujo montante será devidamente registrado no processo administrativo.

9.2. O valor estimado da contratação possuirá caráter sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase de lances e julgamento das propostas.

9.3. Considerando tratar-se de aquisição com entrega única e prazo contratual inferior a 12 meses, não haverá previsão de reajuste contratual, sem prejuízo do eventual reequilíbrio econômico-financeiro nos termos do art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021.

9.4. O reajuste, quando cabível, será realizado mediante aplicação do índice IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

9.5. Poderá haver reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento fundamentado da contratada, nas hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução do contrato nas condições originalmente pactuadas.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Antônio Prado de Minas/MG, conforme dotação orçamentária abaixo:

003770202102781200232070449052

10.2. A contratação está compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei Orçamentária Anual vigentes.

10.3. Caso o pagamento ultrapasse o exercício financeiro, a dotação relativa ao exercício subsequente será indicada após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual, mediante apostilamento, nos termos da legislação aplicável.



11. DO FORO

11.1. É eleito o Foro da Comarca deste Município para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste objeto e que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei n.º 14.133/21.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante que:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, caso exigível pela Administração;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. quando exigível pela Administração no instrumento convocatório;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar o certame

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

12.1.9. deixar de entregar/atender os itens da ordem de fornecimento (ou documento equivalente) no prazo pactuado;

12.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública



12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.4.3. Para a infração prevista no item 12.1.9 a multa será de 0,5% por dia calculada sobre o valor dos itens constantes da ordem de fornecimento (ou documento equivalente) que estão em atraso de entrega pelo particular, limitada a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas neste instrumento.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Rua Prefeito Eurípedes Carlos de Abreu, 66 – Centro – CEP: 36850-000

- Telefone: 0800 032 1110 – e-mail – licitacao@antoniopradowe Minas.mg.gov.br



13.1. A presente licitação será realizada com participação exclusiva de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, considerando que o valor estimado do(s) item(ns)/lote(s) não ultrapassa o limite legal estabelecido para essa modalidade de tratamento diferenciado.

13.2. A exclusividade para a participação das microempresas e empresas de pequeno porte possui fundamento constitucional, nos termos do art. 179 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, segundo o qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão tratamento jurídico diferenciado a tais empresas, visando incentivá-las por meio da simplificação ou redução de suas obrigações.

13.3. O princípio do tratamento favorecido às empresas de pequeno porte também encontra previsão no art. 170, inciso IX, da Constituição Federal, constituindo diretriz da ordem econômica e instrumento de concretização do desenvolvimento nacional.

13.4. Em concretização ao comando constitucional, foi editada a Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, estabelecendo normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às ME e EPP, inclusive no âmbito das contratações públicas (arts. 42 a 49).

13.5. As disposições constantes do Capítulo V da LC nº 123/2006 traduzem a utilização da contratação administrativa como instrumento de fomento econômico e de promoção do desenvolvimento regional, alinhando-se à chamada função social da licitação e ao denominado “poder de compra do Estado”.

13.6. Nos termos do art. 47 da LC nº 123/2006, poderá ser estabelecida prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, desde que haja previsão e regulamentação na legislação do respectivo ente federativo.

13.7. Para fins deste certame, considera-se como âmbito regional a microrregião de Muriaé, conforme delimitação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, observada a legislação municipal que regulamenta a matéria.

13.8. A aplicação do tratamento diferenciado observará o disposto no art. 49 da LC nº 123/2006, não sendo aplicável caso não haja o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP, sediados local ou regionalmente, capazes de cumprir as exigências do instrumento convocatório.

13.9. O entendimento acerca da necessidade de regulamentação local para aplicação do tratamento diferenciado encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, conforme Consulta nº 887734, que reconhece a possibilidade de concessão de tratamento diferenciado desde que previsto e regulamentado em âmbito municipal.

13.10. A adoção da participação exclusiva para ME e EPP neste certame busca promover o desenvolvimento regional integrado e sustentável, com geração de emprego e renda, fortalecimento da economia local, redução das desigualdades sociais e incentivo à formalização empresarial.



PROCESSO LICITATÓRIO N.º 009/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2026

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

OBJETO: Aquisição de 01 (um) trator aparador de grama (cortador de grama tipo trator), bem permanente, com motor 4 (quatro) tempos a gasolina, potência mínima de 19,7 HP e plataforma de corte de 42,5 polegadas (108 cm), destinado à manutenção e conservação do campo de futebol municipal, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esportes do Município de Antônio Prado de Minas/MG, em conformidade com as diretrizes de padronização estabelecidas na Resolução SEGOV nº 29, de 29 de abril de 2025, sendo a contratação destinada exclusivamente à participação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

DADOS DA PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO COMPLETO:

TELEFONE:

E-MAIL:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME:

CPF:

IDENTIDADE:

ENDEREÇO COMPLETO:

TELEFONE:

E-MAIL:

Indicamos os endereços eletrônicos acima informados, para recebimento de intimações, inclusive as decorrentes de processo administrativo disciplinar, ordens de fornecimento/serviço, comunicações, etc., objeto do presente instrumento.

Valor Global da Proposta: R\$ _____ (_____).

Prazo de validade: 60 (sessenta) dias, contados da abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação dos serviços objeto da presente licitação, responsabilizando-se a licitante, com a apresentação de sua proposta, pela veracidade desta informação e que os produtos/serviços ofertados estão de acordo com todas as condições, especificações e características previstas no edital e seus anexos.



DADOS BANCÁRIOS: indicar Banco/Agência/Conta corrente Prazo de entrega: conforme edital
OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]



PROCESSO LICITATÓRIO N.º 009/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2026

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP
(Lei Federal n.º 14.133/2021)

OBJETO: Aquisição de 01 (um) trator aparador de grama (cortador de grama tipo trator), bem permanente, com motor 4 (quatro) tempos a gasolina, potência mínima de 19,7 HP e plataforma de corte de 42,5 polegadas (108 cm), destinado à manutenção e conservação do campo de futebol municipal, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esportes do Município de Antônio Prado de Minas/MG, em conformidade com as diretrizes de padronização estabelecidas na Resolução SEGOV n.º 29, de 29 de abril de 2025, sendo a contratação destinada exclusivamente à participação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006.

DECLARAÇÃO

A empresa (nome completo) _____, com sede na Rua _____
_____ (endereço completo) inscrita no CNPJ sob n.º _____, neste ato representada por _____ (diretor/sócio/representante constituído com qualificação completa, RG, CP+F, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), declara sob as penas da Lei:

- a) que em conformidade com o previsto no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123 de 15/12/2006, ter receita bruta equivalente a uma (micro empresa ou empresa de pequeno porte);
- b) que não ha nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123 de 15/12/2006.
- c) que no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. NOME
Representante Legal da Licitante



PROCESSO LICITATÓRIO N.º 009/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2026

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DIVERSAS
(Lei Federal n.º 14.133/2021)

OBJETO: Aquisição de 01 (um) trator aparador de grama (cortador de grama tipo trator), bem permanente, com motor 4 (quatro) tempos a gasolina, potência mínima de 19,7 HP e plataforma de corte de 42,5 polegadas (108 cm), destinado à manutenção e conservação do campo de futebol municipal, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esportes do Município de Antônio Prado de Minas/MG, em conformidade com as diretrizes de padronização estabelecidas na Resolução SEGOV nº 29, de 29 de abril de 2025, sendo a contratação destinada exclusivamente à participação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

DECLARAÇÕES

A empresa (nome completo) _____, com sede na Rua _ _ _

(endereço completo) inscrita no CNPJ sob n.º _____, neste ato representada por _____ (diretor/sócio/representante constituído com qualificação completa, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), declara sob as penas da Lei:

a) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) Que não possui em seu quadro funcional, pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, em observância ao art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal c/c art. 68, inciso VI da Lei n.º 14.133, de 2021;



- c) Que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991 c/c art. 63, inciso IV da Lei n.º 14.133, de 2021;
- d) Que atende aos requisitos de habilitação, e que atesta e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- e) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) Que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- g) Que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em quaisquer de suas esferas;
- h) Que não enquadra em nenhuma das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- I) Que estar ciente de que omitir, em documento público, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, constitui o crime de falsidade ideológica previsto no artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo de enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa prevista na Lei n.º 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].NOME

Representante Legal da Licitante



PROCESSO LICITATÓRIO N.º 009/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2026

ANEXO VI

TERMO DE MINUTA DE CONTRATO N.º ____/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º
...../2026, QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS E
.....

CONTRATANTE: Município de Antônio Prado de Minas, pessoa jurídica de direito público interno, portadora do CNPJ nº 17.947.631/0001-15, estabelecida no estado de Minas Gerais, na cidade de Antônio Prado de Minas, à Rua Prefeito Eurípedes Carlos de Abreu, nº 66, Centro, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, o Senhor Ferdinando Calian Pereira, portador do CPF de nº 043.252.006-65, brasileiro, casado, agente político, residente em Antônio Prado de Minas, à Rua José Lopes de Barros, nº. 22, Centro.

CONTRATADO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediado(a) na, em doravante designado contratado/fornecedor.

Resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente/vinculado ao Processo Administrativo n.º 009/2026, com fundamento na Lei n.º 14.133/21, proposta ofertada no bojo do citado processo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para aquisição de 01 (um) trator aparador de grama (cortador de grama tipo trator), novo, zero hora, conforme especificações técnicas constantes do Edital, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal competente do Município de Antônio Prado de Minas/MG, observadas as condições, quantitativos e demais exigências estabelecidas no processo licitatório, sendo a presente contratação decorrente de licitação destinada exclusivamente à participação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



- 1.2.1. O Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- 1.2.2. O Termo de Referência (TR);
- 1.2.3. O Edital de Licitação;
- 1.2.4. A Proposta do Contratado;
- 1.2.5. Declaração de que se trata de empresa ME ou EPP; e
- 1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1.O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) meses contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133/2021, podendo ser prorrogado na forma e limites da Lei.

3.CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1.O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. O gestor e o fiscal do contrato serão designados por portaria expedida pela autoridade competente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21.

4.CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1.O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado com a dotação orçamentária: 003770202102781200232070449052.

5.2.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda do MUNICÍPIO no prazo de até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal/fatura pela CONTRATADA e correspondente liquidação, desde que devidamente atestado o recebimento.



5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada do atesto de recebimento definitivo do objeto, conforme disposto neste contrato e no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços contratos, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.2. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.3. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6.4. O índice de reajuste a ser aplicado será o IPCA (ou outro, conforme o edital), contados a partir da data de apresentação da proposta.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.1.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto/Termo de Referência pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei n.º 14.133/21.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, inclusive o Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



- 8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021;
- 8.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente na execução do pacto.
- 8.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 8.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 8.1.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 8.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 8.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame, ou para qualificação, na contratação direta;
- 8.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 8.1.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.1.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.



8.1.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10.CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

10.1.O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.3.O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.3.2.A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.4.O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na dotação abaixo discriminada:

003770202102781200232070449052

11.2.A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:



- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 12.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
 - 12.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021);
 - 12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “12.1.2”, “12.1.3” e “12.1.4” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);
 - 12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “12.1.5”, “12.1.6”, “12.1.7” e “12.1.8” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “12.1.2”, “12.1.3” e “12.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
 - 12.2.4. **Multa**:
 - 12.2.4.1. moratória de 02% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - 12.2.4.2. moratória de 02% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - 12.2.4.3. compensatória de 10% (dez décimos por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do contrato.
 - 12.2.5. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art.137 da Lei n.º 14.133, de 2021.
 - 12.2.6. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156 §9º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
 - 12.2.7. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133, de 2021).



12.2.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133, 2021).

12.2.10. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.2.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. O Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, aos moldes e nos casos enumerados nos artigos 137, 138, 139 e 104, inciso II, todos da Lei 14.133/21.

13.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

13.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceitua a Lei 14.133/2021 e suas alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES



15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei n.º 14.133/21.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. É eleito o Foro da Comarca deste Município contratante para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei n.º 14.133/21.

XXXXXXXXXXXX/XX, de 2026.

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS

Ferdinando Calian Pereira

Prefeito Municipal

Contratante

Empresa

Representante legal

Contratada

Testemunhas:

1) Nome: _____ 2) Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____



PROCESSO N.º 009/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2026

DECISÃO ADMINISTRATIVA

OBJETO: Aquisição de 01 (um) trator aparador de grama (cortador de grama tipo trator), bem permanente, com motor 4 (quatro) tempos a gasolina, potência mínima de 19,7 HP e plataforma de corte de 42,5 polegadas (108 cm), destinado à manutenção e conservação do campo de futebol municipal, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esportes do Município de Antônio Prado de Minas/MG, em conformidade com as diretrizes de padronização estabelecidas na Resolução SEGOV nº 29, de 29 de abril de 2025, sendo a contratação destinada exclusivamente à participação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

No uso das atribuições legais e tendo em vista a:

- i. parecer da assessoria jurídica.

Determino:

- a) Que publique-se o resumo do Edital na forma da Lei;

Antônio Prado de Minas/MG, 06 de fevereiro de 2026.

FERDINANDO CALIAN PEREIRA
Prefeito Municipal